



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 53

Sessão Ordinária Abril

Reunião em 22/04/2025

Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretária, Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Ana Carisa Oliveira Martins, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Rogério António Gonçalves Cachide, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Manuel Simões Rodrigues, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, João Miguel Pereira de Almeida, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Armando Matos Nabais.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Faltou o Vereador Luís Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão, dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Pedro Machado Pires da Rosa, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Batista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Rogério António Gonçalves Cachide, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Manuel Simões Rodrigues, João Miguel Pereira de Almeida, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, e António Armando Matos Nabais.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Rui Manuel Vieira Fernandes de Almeida, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Beatriz Rodrigues Mota de Carvalho, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia

Margarida Ribeiro Costa, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, Nuno Filipe Moreira Teixeira pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta sessão, respetivamente, por Ana Carisa Oliveira Martins, Isabel Cristina Cruz Barbosa, e Daniela Carla Sousa Pinto.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 4 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2024, da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – promover a implementação da norma ISO-37001 nos concursos públicos promovidos pela autarquia.

Ponto 4 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2024, da Câmara Municipal de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/03/2025, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁰⁴ ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

“Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes. E todos aqueles que nos acompanham por vias digitais. Mais uma vez recordamos que a apreciação das contas e dos respetivos relatórios, nesta Assembleia, é sobretudo uma leitura política, a qual, baseada em números, não obviamente técnica. Essa é a competência do Tribunal de Contas. Será sempre repetido é a discrepância enorme entre o nível de execução das receitas correntes face às receitas de capital. As correntes foram 77,5 M€ e as de capital 21M€. Analisando as principais componentes da Receita, o valor executado ascendeu a 88,3 milhões de euros nas Receitas Correntes, com uma taxa de execução de 101,75% e 12,1 milhões de euros nas Receitas de Capital, com uma taxa de execução de 24,79%.

Este registo é bem pior que no ano passado. Apesar de se manter a tendência na arrecadação das receitas de capital ligeiramente superiores ao Orçamento, caiu verticalmente a angariação de receitas de capital: de 51 para 25%.

Como se afirma no Relatório, o desvio da execução face à previsão é de 35,2 milhões de euros arrecadados a menos, que resultam de 1,5 milhões de euros arrecadados a mais na Receita Corrente e 36,7 milhões de euros arrecadados a menos na Receita de Capital

Quando falamos de receitas correntes falamos sobretudo do esforço fiscal de cidadãos e empresas.

Os impostos diretos, 38,9 milhões de euros, superaram o previsto em 2,7 milhões de euros. Mais uma vez à frente ficou o IMI – 17 milhões de euros arrecadados. O IMT com cerca de 13,3 milhões superou as previsões orçamentais em 24%. Mais uma vez se prova que há falta de habitação condigna e que não há falta de transações, em grande parte especulativas, num mercado capitalista alienado das necessidades reais

Sem alteração significativa na cobrança de Derrama global dos impostos diretos o valor passou, em quatro anos, de 30,3 para 38,9 M€ - um aumento superior a dois milhões de euros por ano.

As Contas demonstram a incapacidade, ano a ano repetida, de conseguir arrecadar um nível de receitas de capital satisfatório. A superação das receitas correntes orçamentadas colide, com enorme estrondo, com os míseros 25% de execução das receitas de capital, com um desvio, face ao previsto, de 36,7 milhões de euros

Este incumprimento de Orçamento ou significa incapacidade de execução ou significativa falta de rigor na previsão orçamental ou ambas.

Esta situação reflete-se principalmente na concretização das funções sociais do município.

Na área sensível que é a habitação, verificou-se continuação da quebra nos valores investidos de 2,6 milhões em 2022 para 1 milhão em 2023 e 0,34 milhões em 2024. Continua a queda livre. 340 mil euros um valor ridículo quando comparado com menos de 1% do total das receitas municipais 1,023 M€ é um valor ridículo se comparado com os 30 milhões das receitas conjuntas do IMI e do IMIT.

O ensino não superior, a área de competência municipal no domínio da Educação, ficou uma vez mais muito abaixo do necessário e do prometido, a taxa de execução orçamental do investimento quedou-se pelos 50 % do orçamentado, continuando este ano a empurrar-se no tempo a execução de investimentos em escolas, como verificamos na semana passada, noutra ponto da ordem de trabalhos.

Mas ainda estamos longe de nos surpreender. Tendo previsto para a Ação Social direta da câmara uma verba de 6 mil euros, repito 6 mil euros, Ribau Esteves nem a metade conseguiu executar. Nem aos 3 mil euros chegou. Seria cómico se não fosse dramático. Como se no concelho não existissem as situações que todos conhecemos, como se Aveiro fosse o paraíso do bem-estar social.

A verba atribuída em termos de transferências correntes e de capital a quem está diretamente no terreno, junto das populações (Associações, Clubes Desportivos, IPSS, Corporações de Bombeiros e Outras), desceram de 5,6 milhões para 5,3 milhões, ficando ainda abaixo dos 6,3 milhões distribuídos em 2021 ano de eleições autárquicas.

As freguesias receberam mais em 2024, o que é um resultado óbvio dos protocolos de transferência de competências.

Aquilo que continua a crescer exponencialmente com esta gestão é a verba gasta no pagamento de serviços externos, nomeadamente os associados a eventos de retorno duvidoso, e que malbaratam recursos que poderiam ter muito melhor utilidade no exercício das funções sociais. Segundo o Balanço, o aumento do custo da prestação de serviços externos em 2024 foi 21%, de 22,2 para 26, 9 milhões, aproximadamente 45% das despesas correntes

Assim, por evidenciarem a pressão fiscal municipal sobre os cidadãos e pequenas e médias empresas, por demonstrarem opções de investimento desadequadas e ou manifestamente insuficientes nas funções sociais de competência municipal, pela relevante incapacidade de concretização das receitas de capital, por comprovarem um despesismo fútil, crescente em diversas áreas, o PCP irá votar contra o conjunto dos documentos de prestação de Contas apresentados à Assembleia. Disse.”

Vogal João Moniz (BE)⁰⁰⁸

Vogal Rui Faria (BE)⁰⁰⁹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Neste ponto analisa-se o desempenho da gestão do Município de Aveiro no ano de 2024, traduzido não só nas contas que nos são apresentadas, mas também numa análise resumida das principais atividades desenvolvidas no ano em apreço. Por outro lado, e sendo este o último relatório apresentado pelo atual executivo, visto que actividade de 2025 será apresentada pelos órgãos autárquicos a eleger no próximo mês de Setembro, é também o momento para analisar toda a actividade dos últimos 11 anos e comparar a situação atual com aquela que se registava em 2013.

Começando pelo Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativo a 2024, os principais aspetos a salientar são a redução da dívida municipal em cerca de 3.6M€, sendo esta em 31 de Dezembro, no universo municipal, de cerca de 58.5M€.

O rácio de endividamento continuou naturalmente a descer, fixando no final de 2024 em 0.79 e a capacidade de endividamento cifrava-se, na mesma data, em cerca de 52M€.

Quanto ao saldo de gerência, verificou-se um aumento de 31% quando comparado com o de 2023, invertendo a tendência de descida dos anos transatos, situação esta que se deve, principalmente, à impossibilidade de execução de fundos comunitários e aos concursos sem concorrentes.

Uma nota também, relevante, para o prazo médio de pagamentos a fornecedores que, em 2024, se situou em 4 dias.

Merece também destaque na Certificação Legal de Contas, a menção feita quanto aos registos dos ativos fixos do Município, na qual, e passo a citar, “temos constatado uma significativa recuperação e atualização dos registos por parte dos serviços internos do Município”, fim de citação, criando assim a expectativa de, em breve, possamos vir a ter um Certificação sem reservas.

Quanto às atividades que decorreram em 2024 e que estas Contas refletem, o destaque principal vai, naturalmente, para a Capital Portuguesa da Cultura. Foi um ano com uma programação cultural relevante, em qualidade e quantidade, na Cidade, mas também em todas as freguesias do concelho e em todos os concelhos da região de Aveiro.

Uma palavra também para o fim do Quadro de Fundo Comunitários Portugal 20/20, em que, devido ao fantástico trabalho desenvolvido pela Câmara, foi possível conquistar valores bem mais elevados do que aqueles que estavam inicialmente previstos.

Relativamente ao Turismo, os números do sucesso das operações de marketing territorial levadas a cabo pela autarquia são inquestionáveis, com reflexos evidentes no volume de negócios e de emprego nos sectores da hotelaria e restauração, mas também no número de visitantes nos museus, com uma subida de 15% relativamente a 2023.

Pena é não ouvirmos uma palavra relativamente a este aspeto por parte daqueles profetas da desgraça que tanto batalharam contra a municipalização do Museu de Santa Joana, palavra essa que devia ser de reconhecimento pelo erro em que estavam a incorrer.

Não se pode terminar a análise da gestão municipal em 2024 sem uma palavra a um conjunto de obras e investimentos que foram concluídos, como é o caso do ferryboat Salicórnia, das

obras do Rossio e das Pontes, da requalificação de diversos arruamentos e da instalação de várias obras de arte em espaços públicos, da piscina Diogo Carvalho e do pavilhão Mariana Lopes, entre tantas outras.

Quanto ao balanço dos últimos 11 anos de gestão autárquica, começo por vos deixar um desafio. No site da Câmara Municipal podem encontrar o Relatório de Gestão de 2013 onde aconselho a leitura das páginas 63 a 97. Ficaram certamente elucidados quanto à dimensão do trabalho que foi necessário fazer para por esta casa em ordem.

Para além desta missão, ninguém pode ficar indiferente à evolução do nosso concelho neste período. A requalificação do parque escolar, das unidades de saúde, de habitações nos bairros sociais, proporcionando melhores condições de vida a que, lá habita, o investimento em instalações desportivas, a criação de uma programação cultural condizente com um município de dimensão média como é o caso de Aveiro, a melhoria da qualidade dos transportes públicos e dos serviços de recolha de resíduos, da rede viária, tudo isto são marcas que ficarão para o futuro.

Ficou tudo feito? Claro que não. Até porque, como já referi, os problemas que continuam a existir na relação entre a procura e a oferta na indústria da construção civil, para além de atrasarem o início de muitos dos projetos ainda em carteira, fizeram subir de uma forma descontrolada os preços das empreitadas, levando a uma gestão ainda mais rigorosa deste aspeto da actividade municipal.

Mas fica uma certeza. O próximo executivo encontrará uma situação de absoluta normalidade na Câmara Municipal e não terá de gastar uma parte importante do seu tempo a resolver problemas herdados.

Sendo assim, o CDS, que se orgulha da sua quota parte no sucesso desta gestão municipal, votará favoravelmente o documento em análise. Disse.”

Vogal Mário Costa (PS)⁰¹¹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹²

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Muito obrigado Senhor Presidente. Efetivamente este é o último Relatório e Contas deste executivo, e algumas das coisas que eu vou referir também já foram referidas, mas porque considero que são dignas de saliência e este é o último relatório contas completo deste executivo. O próximo já terá uma intervenção do próximo executivo eleito e, por isso, é também um momento de balanço.

Este é o relatório e contas da Capital Portuguesa da Cultura. De um trajeto que se fez até 2024, que culminou com aquele que foi um ano fabuloso em Aveiro em termos culturais. Com um evento final, com a adesão da população na rua, que foi sintomático daquilo que foi o sentir de Aveiro face ao evento. Foi um ano que teve 260 mil pessoas nos museus, teve 87 mil pessoas nos postos de turismo e lojas de turismo, que teve um recorde no Teatro aveirense de 74 mil pessoas, mais 4 mil face ao recorde anterior. Este é o relatório e contas de 2024.

Foi um ano recorde no turismo. Foi o ano de encerramento do Portugal 20/20 com 42 milhões de euros da receita, sendo que, em termos de CIRA, representa 30% dos valores recebidos pela Cira. 3 vezes mais do que o segundo município da CIRA. É sintomático da capacidade de trabalho que foi feito ao nível dos fundos comunitários por este município.

É também o relatório e contas da regularização da situação de São Jacinto. Finalmente, São Jacinto é uma freguesia entre aspas e perdoe-me a expressão, normal no município, finalmente.

Gostava também de salientar aqui algo que a oposição foi referindo noutros anos. Este ano, não houve referência quase nenhuma de crítica ao Relatório, por isso, estamos todos bem, está a correr tudo bem. E, salientar, as reservas do Auditor, comparadas com o passado,

salientadas no ano de 2024. O Auditor em relação aos Ativos Fixos Tangíveis, refere e que temos constatado, uma significativa recuperação. É um bom sinal.

Aquilo que era uma crítica no passado por parte de muitos o Auditor reconhece que este ano estamos com no caminho certo. As ênfases estão também a terminar. E quando é o Auditor Externo que também corrobora o bom caminho que se tem feito é sintomático do caminho que se tem traçado. Relembra aqui a minha intervenção de há um ano atrás em que salientei também auditoria que foi feita internamente, em que a receita tinha triplicado de 2013 a 2023. Que a despesa tinha triplicado, mas o investimento quintuplicou. E que o rácio da dívida sobre a receita tinha passado 3,42 para 0,95%. No atual Relatório e Contas já está em 0,79%.

Continuamos a redução da dívida, estamos nos 58 milhões de euros de dívida, quase toda referente ao Programa de Ajustamento Municipal. Por isso é um caminho que se tem feito de credibilização, de investimento, de pagamento de dívida, que atinge neste momento o endividamento de apenas 22%. Uma autonomia financeira de 78%. Se a Autarquia fosse mesmo uma empresa, eu diria que estava digna de ser candidata a PME Excelência. Não há empresas nas redondezas ou há poucas empresas nas redondezas, que tenham os rácios que tem neste momento o município.

Por isso, a capacidade de endividamento é crescente, faz sentido utilizá-la para investimento, faz sentido continuar a utilizar o Saldo de tesouraria para ir aos fundos comunitários, tal como já referi e, por isso, acho que a nossa bancada votará favoravelmente.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e quem nos está a assistir em casa. Falar um bocadinho sobre este relatório de gestão e prestação de contas este ano 2024. Neste ano, Aveiro foi Capital Portuguesa da Cultura. Brutal aumento de entradas nos nossos museus. Aumento enorme no número de turistas. Aumento de espetadores no Teatro aveirense. Reabilitação da habitação social. Salicórnia. Obras de arte distintas de renome internacional, Rui Chaves e Siza Vieira. Todo um programa de apoio às famílias, associações culturais, desportivas e recreativas, apoio aos nossos bombeiros. Investimento e mais investimento, para bem e usufruto dos aveirenses e de quem nos visita. Uma premissa deste executivo, do PSD, e da Aliança com Aveiro. Investimento e mais valias, para usufruto dos aveirenses e de quem nos visita.

Contas certas. Diminuição da dívida este ano de mais 6%. Aumento de investimento, aumento de despesa, captação de mais fundos de apoio e pagamento a fornecedores a 6 dias.

Esta é a maneira responsável, capaz e competente, de gerir desta maioria. Foi assim o compromisso estabelecido com os aveirenses no programa eleitoral é assim na gestão do dia-a-dia. Capacidade, responsabilidade, competência.

Quanto a números, diminuição da dívida e mais de 6%. Rácio da dívida 0.79%, já foi de 3.42%. Conta-corrente, pagamentos a 6 dias. As opções políticas desta prestação de contas foram e são as promessas eleitorais da Aliança com Aveiro, nem mais nem menos. Esta prestação de contas resulta da implementação no terreno, das nossas promessas de campanha da Aliança com Aveiro. Por isso estamos confortáveis com elas e com o que resulta delas. Menos dívida, mais investimento e pagamento a fornecedores a 6 dias. A bancada do PSD votará favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[016](#)

“Muito obrigado a todos. Em primeiro lugar pedir desculpa, não falei do Salicórnia. Eu na referenrencia às 6 notas referenciação do ano 24, esqueci-me de salicórnia. E, portanto, essa

peça notável de mobilidade elétrica responde a uma parte das muitas questões de que o João colocou. É um dos instrumentos novos que se ativou em 2024, mas dizer-vos uma coisa neste quadro por causa das intervenções, que têm uma nota comum do António Nabais, do João Moniz e do Mário Costa. Eu, sinceramente, acabo este processo de 12 anos, como é obvio, como sabemos, é a minha última discussão do Relatório e Contas, sem saber se vocês perceberam alguma coisa disto! É que às vezes, tendo a achar que não perceberam nadinha. Ou se perceberam, temam em enganar-se a si próprios e enganar quem vos ouve. Embora é quase impossível ouvi-lo a si Nabais. Você disse tantos números, eu próprio que sou financeiro, chego a um ponto que já não há resistência possível. É um erro de comunicação seu, mas isso ainda bem que os pratica, porque assim se cumprir aquela minha previsão que no próximo mandato, Comunistas aqui não vamos ter nenhum. Mas isso é uma previsão minha que faço.

Mas vejam isto. A nossa Câmara no próximo ano, no relatório de 25, vai garantidamente ter uma execução baixa também. Mas tem que ser assim. É que o principal contribuinte que tivemos em 24, que vamos ter em 25, e esperemos que não tínhamos em 26 (mas até pode acontecer que voltemos a ter em 26), chama-se eixo rodoviário Aveiro/Águeda. Nós não podemos lançar um concurso sem ter as verbas cabimentadas. Não sabem disso? Não podemos. E se calha, aqui a execução não bate, por exemplo se o empreito não começou no mês 1 e começou no mês 5, e se o primeiro concurso ficar deserto e temos que lançar um segundo. Tudo isso são contributos para nós não termos execução. Mas dei o exemplo do eixo rodoviários do Aveiro/Águeda porque é o maior em valor. Mas, obviamente, podemos dar muito mais exemplos. Uma das nossas maiores obras que lançamos recentemente, a obra de reabilitação do Museu de Aveiro Santa Joana, 4,5 milhões de euros, olhem já sabemos que não temos concorrente, mas a verba tem que estar cá orçamentada. Vamos lançar o segundo. Estamos a tentar perceber onde é que está a questão, embora já se vai percebendo cada vez mais onde é que está a questão, obviamente ou as várias razões para a questão ser esta. Não há volta a dar-lhe. Eu já ouvi muitas coisas dos candidatos, ainda não ouvi nenhum a dizer que não quer o eixo rodoviário Aveiro/Águeda. Ainda pode nascer, mas ainda não ouvi, E o eixo rodoviário Aveiro/Águeda tem um impacto monumental nas nossas Contas, na nossa não execução. Vamos lançar concurso, já o anunciei, numa próxima reunião de câmara, que é um processo obviamente concertado com a Câmara de Águeda, são as duas câmaras a terem os momentos importantes, ações importantes, desse dossier, que sempre as tomamos em simultâneo, no mesmo dia. Obviamente cada um na sua reunião. Mas são coisas desta natureza.

Falei dos Fundos Comunitários. Nós gastámos 8 milhões de euros de despesa. Foi a despesa na Capital Europeia da Cultura, teve 2 milhões de participação, mas só recebemos um. O milhão do Centro 20/30 ainda não veio. E não me perguntem quando é que vem porque eu não sei, espero que seja ainda este ano. Quem sabe se vai ser só em Novembro ou em Dezembro, etc, etc, etc.

Vocês perceberam isto? Tenho dúvidas. E se perceberam é feio vocês enganarem as pessoas, enganarem-se a vós próprios, mas não acredito, faz parte do vosso exercício. Só tenho uma pena, com as aspas todas, é não ir fazer um exercício para dar razão ao Mário. Eu sou a favor da limitação dos mandatos. Acho muito bem eu não poder ser candidato às eleições autárquicas de 2025. Acho muito bem, sempre fui a favor, continua a ser, tenho pena política neste sentido figurado, que era para lhe demonstrar que você não tem razão. Porque vocês comigo ainda levavam uma “abada” maior que aquela que levaram da outra vez. Em vez de 6 - 3 eram capaz de levar 7 - 2, ou 8 - 1. Está a ver. Essa é só a pena que eu tenho, mas é uma pena de exercício dialético, porque não tenho pena nenhuma, porque acho muito bem eu ir embora, porque sou a favor da limitação de mandatos.

Isso quer dizer o quê. Já fiz 3 e que se forem ver os resultados eleitorais, foi sempre a subir. Se contar os mandatos desta bancada, começámos com 5 - 4, passámos a 6 - 3 e continuámos com 6 - 3, embora com um resultado melhor da terceira votação do que na segunda. Pronto, e depois é a democracia a funcionar e eu já não posso ser mais candidato.

Mas esse exercício de que o povo diz, tem a ver com a forma como nós ouvimos. O meu amigo acha que não aconteceu nada na periferia. Porquê? Porque você não vai para a periferia. Neste momento, neste momento, as maiores obras temos em curso são em Cacia, sabia disso. Você já foi ver a Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe? Leu a notícia de hoje do Jornal de Noticias, uma página inteira. Sabe o que é que são ou alguma vez na sua vida, você pensou exercitar a gestão de 3 obras que somam 45 milhões de euros. Conseguimos, foi publicado ontem, finalmente, depois de sangue, suor e lágrimas a garantia do financiamento do sistema de defesa primário do Baixo Vouga Lagunar. Obra iniciada há 40 anos, parada por determinação da Comissão Europeia, no âmbito de uma queixa ambiental de um grupo, voltámos a adjudica-la e, finalmente, finalmente, saiu Resolução de Conselho de Ministros que nos garante. Porque nós tínhamos financiamento, não tínhamos era uma garantia formal e legal para que não voltasse a acontecer. Lá a conseguimos. 70% daquela Resolução do Conselho de Ministros foi escrita por mim.

Portanto, para dar nota de que, a periferia teve muitas realizações, tem muitas realizações em curso, porque a abordagem é uma abordagem integral. Eu ouço gente que é contra termos investido 10 milhões de euros num ferryboat para ligar o Forte da Barra a São Jacinto. Eu tenho que respeitar quem acha que não valia investir 10 milhões de euros para transportar, enfim, o número que temos de circulação permanente de residentes são 150. Obviamente que se formos para um racional financeiro, com essa lógica, ah pois, com certeza as pessoas têm razão. Mas a nossa lógica é outra. É o tal desenvolvimento integral e integrado da periferia. E digo, vale mesmo o investimento de altíssima rentabilidade que o digam os números já do primeiro ano.

Portanto deixar apenas esta nota global em relação a tudo aquilo que que vocês referenciaram e, portanto, e que explica todo aquilo que vocês disseram e que está escrito no documento. E agradeço ao Bruno a referência, de facto, toda a gente concorda com o documento. O documento relata a verdade objetiva, factual, não há cá nada a mentir. Vocês discordam das opções políticas. Olhem, obrigadinho, mas qual é a novidade?

Esta é a grande virtude, sempre vos agradeço, e hoje faço-o pela última vez, num quadro de debate desta natureza, muito obrigado pela discordância. Muito obrigado pela clareza de serem diferentes das opções, que não é minha, é da Aliança com Aveiro, que eu lidero.

Muito obrigado. Porque isso ajudou imenso os cidadãos a fazerem escolhas, a tomarem decisões. O João Moniz, quando quiser sentar-se comigo no meu gabinete ou no seu, é igual, eu tenho o programa eleitoral toda notado. Vou ao programa eleitoral, não quero ser exagerado, 3 em 3 meses. Tenho pré-eleitoral à minha frente para fazer vistos ou colocar umas bolinhas vermelhas. À vontade. Eu não sou como o Bloco de Esquerda que se queixou há dois meses de terem ocupado os outdoors e ainda hoje não os mudou. Eu não sou o Bloco de Esquerda. Se quiser, à vontade, porque eu faço esse exercício, eu faço esse exercício. Sei bem o que é que está feito e o que é que falta fazer. Sei bem já hoje aquilo que eu gostava de fazer, mas por isto ou por aquilo não vamos conseguir. Portanto, agora o exercício financeiro é aquele que já tantas vezes aqui expliquei e que quase toda a gente entendeu. Luzostela. A operação da Luzostela é uma operação de cerca de 100 fogos para habitação a custos controlados. E está no tal pacote do empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos que o IHRU já assumiu e o Ministro da Habitação, que é esse empréstimo que vai financiar as muitas operações que não couberam no PRR, por um lado.

Por outro lado, e um dia destes quando tivermos um Governo novo isto vai ficar mais claro. Há uma parte do PRR que não acaba em 20206, ok. E, portanto, essa parte vai ser amarrada

ao empréstimo do BEI para que as tais operações que não cabem mesmo, porque, enfim, há uma parte do PRR que tem mesmo uma etapa fim de fecho em 2026 e, portanto, teve que se arranjar outra solução. E o nosso, esta operação do IHRU, ou como chamamos os terrenos da antiga Luzostela, está nesse grupo. O Governo conseguiu recentemente, foi público, a aprovação do empréstimo do BEI para as escolas, embora temos que nos despachar para poder lançar os nossos três concursos, porque está toda a gente à espera de abrir o jogo, porque o empréstimo já foi aprovado e agora está-se à espera do segundo, que é exatamente o da habitação.

Quanto às perguntas que fez, enfim, o João sabe as respostas. Dei o exemplo do Salicórnica, podemos dar o exemplo dos Bio resíduos, que tem sido um sucesso. A implementação dos bio-resíduos no canal eureka. A mobilidade elétrica na nossa frota municipal, mau grado o auto incêndio das nossas viaturas elétricas da Polícia Municipal. Os autocarros elétricos. Enfim, há um trabalho enorme.

A obra que está em curso de reabilitação das comportas no Canal das Pirâmides. O concurso do projeto para a recapitação das comportas nos esteiros. Estamos a adjudicar o prolongamento do Canal de São Roque, importantíssimo para aumentamos a resiliência ao risco de cheias nas zonas baixas da cidade. Etc, etc, etc. São muitas as operações.

Eu quero agradecer ao Jorge Greno a referência que fez acerca do Revisor Oficial de Contas, porque é de facto, há alguns documentos, não escritos por nós, embora está claro que os nossos não estão sobre suspeitas de veracidade ou de falta dela, mas são, de facto, muito, muito elucidativos. E nós tivemos um Vereador na nossa Câmara, que sabe dessas matérias e sempre tinha uma intervenção sobre o relatório da Certificação de Contas e, de facto, a evolução é absolutamente notável.

Acabámos tudo? Não. Nesta parte patrimonial ainda precisa de mais trabalho ainda precisa mais tempo, mas está dito aquilo que o Jorge Greno leu. Está escrito. É uma evolução absolutamente notável que é feita em 12 anos, com uma Câmara que recebemos de pantanas, com uma pandemia que nos causou um dano brutal. Com uma operação que em 12 anos, apanhamos 7 governos da nação diferentes. E eu acho que já toda a gente percebeu o dano ao país, destas paragens governativas, de tantos dossiês, quando se muda de Governo (e o país tem aqui um record absolutamente inacreditável), de facto, é demais em 12 anos, nós trabalhamos com 7. Já estou a contar, obviamente, com o que vai nascer agora depois da eleição de 18 de Maio. Isto é um o dano violento e uma perda de tempo, para tratamos de novo dos mesmos dossiers. E sabemos bem e ainda hoje falámos, aliás o próprio Relatório tem um capítulo sobre esses dossiers. O dano que é mudar em 12 anos, 7 vezes de Governo.

É, de facto, uma coisa brutal e isto tem um impacto no país. Mas os números são os números. É evidente que agora as obras do Estádio. Enfim, nós fechávamos um Estádio que custou 70 milhões de euros, com uma equipa que está na quarta divisão, que estava a fechar e ia à falência, fui o Tribunal de Anadia salvá-la, depois de ter convencido os credores a não a matarem. Etc, etc. Foi uma grande aposta, enfim, tudo é discutível. Mas a lógica da avaliação deste relatório sobre o ano 24 é, de facto, muito positiva a lógica do 24, no quadro do fecho de um ciclo é profundamente positivo. E isso vê-se nos indicadores financeiros que o Bruno Costa evidenciou. Vê-se nos indicadores da Feira de Março, que também não vou estar aqui a cansar, mas vamos mandar-vos o powerpoint que apresentámos em conferencia de imprensa, sobre a mudança profundíssima que se implementou na Feira de Março, na gestão, na qualidade, no rigor, na promoção, na quantidade de entradas, nos espetáculos, na tenda, etc, etc, etc. Há muitos indicadores. E, às vezes, os melhores indicadores são as coisas que existiam há muito tempo. A Feira tem 589 anos, nós só cuidamos dela há 12. Com um intervalo do Covid de um ano pelo meio. E comparar a diferença é, de facto, uma coisa absolutamente incomensurável. E nesse Powerpoint que nós vamos enviar, está lá tudo.

E, portanto, agradecer. Agradecer o apoio da maioria. Não só àquilo que foi o trabalho que permitiu, as decisões que permitiram executar o que aqui está relatado, com verdade. Naquilo que também é o apoio político, que é importante. Mas não é o mais importante. O mais importante foi na construção dos anos anteriores a 24 e durante o ano 24, para que depois se faça um documento que relata a verdade, relata os factos. E, obviamente, na discordância política, agradecer também essa clareza na vossa na vossa afirmação, está obviamente um ganho importante para os nossos concidadãos terem as suas opções políticas claras, assentes, e seguramente bem confortadas, naquilo que foram as opções que tomaram na eleição autárquica de 2021. Que obviamente, nos permitiu executar o nosso programa eleitoral que teve o contributo importantíssimo neste exercício de 2024. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE)⁰¹⁸

Vogal Mário Costa (PS)⁰¹⁹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²⁰

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento.⁰²¹

“Senhor Presidente dá-me licença. Uma vez que referiu várias vezes o Partido Socialista, eu fazia-lhe uma pergunta: Senhor Calafate tenho enorme respeito pelo senhor. Fiquei a saber que o senhor andou a visitar a “Testada”, em que por acaso a minha família tinha lá uns terrenos. Nunca o convidamos, mas tudo bem. Mas eu gostava de perceber o porquê de o senhor estar tão contra o Partido Socialista? Porquê está tão contra os governos do partido socialista. O Partido socialista não esteve sempre lá. E, portanto, os problemas do Baixo Vouga Lagunar não são só responsabilidade do Partido Socialista. Nos temos que ser realistas, temos que ser verdadeiros. Só foi apenas o Partido Socialista que fez mal ao Baixo Vouga? Quem foi que determinou que o Porto de Aveiro tivesse outras competências diferentes das que tinha anteriormente? Ou é apenas o partido socialista que faz estas coisas. Isto é esquisito, porque tirando dizer mal do Partido Socialista não terem mais nada que discutir.”

Casimiro Calafate (PPD/PSD)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²⁶ o Ponto 4 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2024, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD19+CDS5+PPM1), uma abstenção (CH1), e onze votos contra (PS6+PAN2+BE2+PCP1).

Declarações de voto:

Vogal António Nabais (PCP)

“Senhor Presidente, a minha intervenção é declaração de voto.”

Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – promover a implementação da norma ISO-37001 nos concursos públicos promovidos pela autarquia. De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra⁰²⁷ ao vogal do Grupo Municipal do CHEGA para apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal Gabriel Bernardo (CH):⁰²⁸

“Proposta de Recomendação- Promoção da Norma “ISO 37001 – Sistema de Gestão Anticorrupção” no âmbito de concursos públicos promovidos pela CMA.

Portugal caiu nove lugares no Índice de Perceção da Corrupção 2024 e obteve o seu pior resultado de sempre, “particularmente impulsionado pela perceção de abuso de cargos públicos para benefícios privados”, em casos como a Operação Influencer.

O índice da Transparência Internacional, publicado desde 2012 e no qual Portugal está em declínio contínuo desde 2015, coloca Portugal na 43.ª posição entre os 180 países avaliados, a par do Botswana e do Ruanda, com 57 pontos numa escala de 0 (Estados altamente corruptos) a 100 (elevada integridade dos Estados no combate à corrupção). Quase metade das denúncias de corrupção recebidas pelo Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e pelo Ministério Público dizem respeito à atividade desenvolvida nas autarquias locais. Portugal precisa de uma revolução em matéria de integridade e transparência na vida pública.

A ISO 37001:2016 é uma norma internacional para sistemas de gestão anti suborno e anticorrupção. Foi criada para ajudar as organizações públicas e privadas a identificar a corrupção e fomentar uma cultura de repúdio ao suborno ao especificar os requisitos da implementação bem-sucedida de um sistema de gestão anticorrupção.

Vila Franca de Xira foi o primeiro município português a receber a Certificação da Norma ISO 37001 em julho de 2024 e a Câmara Municipal de Cascais está atualmente em processo de obtenção dessa certificação. Também outras entidades em Portugal já receberam a certificação ISO 37001 como por exemplo a Liga Portugal, responsável pela gestão do futebol profissional, e os STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.

Para o partido CHEGA a implementação da norma ISO 37001 não se trata de modismo nem de idealismo, mas sim de um compromisso sério com o país, no combate à corrupção.

Face ao exposto na sequência da presente proposta apresentada pelo Partido Chega, a Assembleia Municipal de Aveiro recomenda à CMA que delibere no sentido de: Proceder às iniciativas e diligências necessárias para promover a implementação da norma ISO 37001 nos concursos públicos promovidos pela autarquia.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁰

“O Poder Local democrático, regido pela Constituição de abril e por legislação específica, não tem necessidade de certificações internacionais standartes. A matriz do Poder Local é diferente da que orienta outro tipo de organizações políticas e privadas.

Por direito quem determina as orientações, presumindo que no estrito cumprimento da Lei e dos regulamentos, são os órgãos autárquicos. Quem fiscaliza a conformidade com a lei e com a ética, quer das orientações quer dos atos de gestão, são aqueles que a Lei determina. Os

próprios órgãos autárquicos fiscalizadores, como é esta Assembleia, os organismos tutelares como a IGAL e os Tribunais.

As autarquias nunca estarão obrigadas ao cumprimento de normas ISO que não correspondem à sua natureza e objetivos. Não será o eventual reconhecimento do cumprimento de normas ISO que impedirá o necessário funcionamento autárquico no quadro do cumprimento da Lei, nem da tutela, nem dos tribunais.

O problema da corrupção em Portugal apenas pontualmente será por falta de normas e princípios. O problema vem da sua violação. Há que as cumprir. Há que exigir uma ação mais eficiente das tutelas, das polícias e dos tribunais.

A abordagem do chega a esta questão é apenas mais uma abordagem antidemocrática da questão da corrupção. A proposta que apresenta apenas desvia a atenção do sistemático incumprimento da lei e da sua violação que tão frequentemente é atribuído às próprias figuras do Partido Chega, nomeadamente de deputados.

Por este conjunto de razões, recusar esta proposta e o cinismo que ela encerra é a única coisa que o PCP pode fazer, aqui e agora. Disse.”

Vogal João Almeida (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

Boa noite a todos e a todas. O PAN vai acompanhar esta iniciativa do Chega, votando favoravelmente a proposta de recomendação.

O flagelo da corrupção não se combate com declarações de seriedade e de integridade, como temos a certeza que o Senhor Presidente preferirá, mas sim através da implementação de mecanismos de prevenção eficazes que inclui mais transparência e prestação de contas por parte dos atores políticos. O próprio Presidente mencionou nesta Assembleia Municipal que foram praticados atos de corrupção em mandatos anteriores na Câmara, apesar de nunca ter demonstrado publicamente.

Perguntamos por isso, que iniciativas desenvolveu este executivo durante os últimos 12 anos para tornar mais difícil a prossecução destes atos de corrupção na Câmara Municipal de Aveiro, para além dos discursos inflamados que tantas vezes nos brinda e agora que a sua saída dos órgãos autárquicos está cada vez mais próxima, que legado vai deixar para o futuro no que diz respeito a esta matéria do combate e prevenção da corrupção a nível local? Obrigado.”

Vogal Rui Faria (BE)[032](#)

Vogal Jorge Girão (CDS)[033](#)

Vogal Ana Seiça Neves (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[034](#)

“A pertença implementação da norma do ISO 37001 é apenas e só, uma forma do partido Chega, pelo seu proponente, vir falar de um dos temas que mais aprecia, a corrupção.

Nada contra a implementação da referida norma que se insere no processo de certificação, mas não é um processo autónomo. Ao apresentar esta proposta mais não faz do que levantar suspeitas sobre o funcionamento dos serviços públicos, promovendo a desconfiança das pessoas nos mesmos e nos representantes eleitos, com as consequências que todos conhecemos, do afastamento das pessoas das eleições e de intervirem na vida pública.

Esta tentativa de descredibilização das instituições e a ação política dos seus agentes é demasiado grave para que a mesma possa ser acolhida pelo PS.

O PS pugna, e pugnará sempre pela transparência e credibilidade, contudo, rejeita categoricamente a utilização deste problema para fins eleitoralistas e partidários — e é o que se passa neste momento.

Portugal não é um país com elevado número de casos de corrupção, como o Chega afirma, mas, como já afirmaram as entidades legais, é muito inferior ao que se pretende apresentar. É uma falsa questão, embora exista, como sempre existiram. E estranha-se muito que este partido venha dizer que há 50 anos, portanto, refere-se nitidamente ao período pós 25 de Abril, porque, se calhar, a maior parte dos elementos do Chega não viveram antes, como propaga nos seus cartazes eleitorais que diz que há 50 anos há compadrio e há corrupção, utilizando até figuras que não deveria utilizar, do meu ponto de vista. Esquecendo, no entanto, os 50 anos que antecederam a revolução de Abril. E se não sabem porquê, eu explico. Porque nessa altura tudo ficava no segredo dos deuses. Tudo apagado e tudo muito calado e, portanto, não existia a transparência que há hoje. Graças a Deus há democracia e ao 25 de Abril.

O Chega regesse por princípios demagógicos, irrealistas, que comprometem gravemente a constituição do Estado democrático e das suas instituições.

O PS, por estas razões, votará contra esta proposta, por não se rever nos fundamentos da mesma, nem sequer na veracidade das suas afirmações.”

Vogal Manuel Prior (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“A bancada do PSD votará contra por várias razões. Primeiro, com dois atos eleitorais à porta, não é altura destas propostas.

Segundo, refere que no contexto nacional, uma Câmara aplica e uma outra está em validação entre as 308 Câmaras do país!? Assegura que mais duas empresas, uma ligada ao futebol.

Terceiro. Senhor proponente, mais importante, tem indícios ou sabe da prática de suborno ou corrupção na Câmara Municipal de Aveiro. Senhor proponente, tem ou não tem?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

“Senhor Presidente era só para dar uma informação. Obviamente não me quero envolver no debate que não interessa para nada.

Só para dar uma informação. As normas ISO na gestão da Administração Pública em Portugal e da Justiça, não se têm aplicado. Aquilo que faz o legislador é transpor para a ordem jurídica vigente as normas que bem entende. Não há uma utilização de normas ISO na prática jurídica portuguesa sobre estas matérias — é só deixar esta informação.

Depois podemos achar que o quadro legal é muito denso, é pouco denso, que se devia melhorar isto ou aquilo, que há entidades mais ou entidades a menos. Pronto.

Depois há uma discussão em aberto que é muito interessante. Mas pegar na não aplicação de uma norma ISO nesta matéria e transformar isto num problema, não tem objetivo sentido, queria só deixar esta informação.

A outra nota só em jeito de lembrança. Em Portugal, enquanto não se inverter o ónus da prova, vamos continuar a falar muito sobre corrupção e a combatê-la muito pouco. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰³⁷

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁹

“Senhor Presidente, era apenas um pedido de esclarecimento, penso que a resposta está dada, mas eu pareceu-me ouvir que este estudo referido é de 2017? Dá impressão que estamos aqui a trabalhar com dados do tempo em que o Chega nem tinha aqui representação. Portanto, parece-me que se talvez o Senhor deputado do Chega nos apresentasse dados de

2022 ou 2023, fosse mais interessante para saber onde é que Aveiro situa em relação à corrupção.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{0c40}

“Os dados são da Fundação Francisco Manuel dos Santos e não publicou nenhuma atualização, isso é um facto. O último estudo feito é de 2017 publicado em 2018. Estava já ou atual executivo no seu segundo mandato. Agora também não vou dizer que isto é culpa do, isto é, são vários executivos. Acredito que não se resolve do dia para a noite, mas este executivo já estava no seu segundo mandato. Mas estudos mais recentes efetivamente não há. A Fundação Francisco Manuel dos Santos não publicou nenhum estudo, nenhuma atualização deste estudo.”

Presidente da Mesa

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴¹ o Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – promover a implementação da norma ISO-37001 nos concursos públicos promovidos pela autarquia, sendo a proposta rejeitada⁰⁷³ com trinta e dois votos contra (PSD19+CDS5+PPM1+PS6+PCP1), duas abstenções (BE2), e três votos a favor (CH1+PAN2).

Declarações de voto:

Vogal António Nabais (PCP)

“Senhor Presidente, a minha intervenção é declaração de voto.”

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰⁴² cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada a sessão ordinária de Abril 2025.

Eram 23:00 horas do dia 22 de Abril de 2025.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:30)